



Estudo Técnico Preliminar da Contratação

Gestão de TI	Código	Folha nº
	F.DIAT.XX.00	1/6

INFORMAÇÕES BÁSICAS			
Unidade Requisitante*:	Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação - CGOVTIC	Número do Processo*:	2024/966
Descrição da solução de TIC:	Aquisição de Certificados Digitais		

DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES E REQUISITOS	
Identificação das necessidades de negócio	
Disponibilidade para emissão de certificados digitais aos servidores e magistrados do Poder Judiciário de Alagoas, considerando a substituição dos certificados digitais vencidos, bem como os que não estão aptos a serem utilizados por perda ou defeito, assim como para emissão a novos servidores que venham tomar posse.	
Identificação das necessidades tecnológicas	
1. Lote I	
Item 1- Certificado Digital para pessoa física do tipo A1:	
<ul style="list-style-type: none">• Certificado digital do tipo A1 para pessoa física, padrão ICP-Brasil, com prazo de validade de 01 (um) ano;• Deve permitir a utilização para assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede, entre outras destinações;• Certificado aderente padrão do Comitê Gestor da ICP Brasil.• Deve ser gerado e armazenado no próprio computador pessoal do usuário e permitir a exportação das chaves;• O presente item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro.	
Item 2 – Certificado Digital para Pessoa Física A3 sem token	
<ul style="list-style-type: none">• Certificado digital do tipo A3 para pessoa física, padrão ICP-Brasil, compatível com a AC-JUS, com prazo de validade de 3 (três) anos;• Deve permitir a utilização para assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede, entre outras destinações;• Certificado aderente padrão do Comitê Gestor da ICP Brasil;• Ser instalado em Tokens Criptográficos constantes da lista de equipamentos certificados pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI;• O presente item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro.	
Item 3 – Certificado Digital para Pessoa Física A3 com token	
<ul style="list-style-type: none">• Certificado digital do tipo A3 para pessoa física, padrão ICP-Brasil, compatível com a AC-JUS, com prazo de validade de 3 (três) anos;• Deve permitir a utilização para assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede, entre outras destinações;• Certificado aderente padrão do Comitê Gestor da ICP Brasil;• Ser instalado em Tokens Criptográficos constantes da lista de equipamentos certificados pelo	



Gestão de TI

Código

Folha
nº

F.DIAT.XX.00

2/6

Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI;

- O presente item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro.

Especificações da Mídia Criptográfica do tipo Token

- O Token deve possuir tampa.
- Token criptográfico USB capaz de armazenar certificados, chaves e cadeias de certificados aderentes às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil;
- Fazer parte da lista de equipamentos certificados pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI; Total compatibilidade com os certificados digitais A3;
- Possuir conector USB (Universal Serial Bus) tipo A versão 2.0 (ou superior compatível com 2.0);
- Permitir conexão direta na porta USB, sem necessidade de interface intermediária para leitura;
- Possuir capacidade de armazenamento de certificados e chaves privadas de, no mínimo, 64 Kbytes;
- Ter suporte à tecnologia de chaves pública/privada (PKI), com geração on-board do par de chaves RSA de, no mínimo, 2048 bits.
- Possuir carcaça resistente à água e à violação;
- Compatibilidade e disponibilização de drivers para pleno uso nas plataformas Microsoft Windows 7 ou superior, linux e Mac OS;
- Permitir a criação de senha de acesso ao dispositivo de no mínimo 06 (seis) caracteres, ou de acordo com os critérios do Tribunal;
- Permitir criação de senhas com caracteres alfanuméricos;
- Os tokens não devem interferir diretamente com os protocolos de segurança de transporte.
- Permitir a geração de chaves, protegidas por PINs (PersonalIdentificationNumber);
- Permitir a inicialização e reinicialização do token mediante a utilização de PUK (Pin Unlock Key);
- Suporte aos principais navegadores de mercado, entre os quais: Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome;
- O software de gerenciamento do dispositivo deverá estar no idioma Português do Brasil e deve permitir:
 - o Gerenciamento do dispositivo;
 - o Exportação de certificados armazenados no dispositivo;
 - o Importação de certificados em formato PKCS#7 para área de armazenamento do dispositivo, de acordo com a RFC 2315;
 - o Importação de certificados em formato PKCS#12 para área de armazenamento do dispositivo;
 - o Visualização de certificados armazenados no dispositivo;
 - o Remoção de chaves e outros dados contidos no dispositivo após autenticação do titular;



Gestão de TI

Código

Folha
nº

F.DIAT.XX.00

3/6

o Reutilização de dispositivos bloqueados, por meio de remoção total dos dados armazenados e geração de nova senha de acesso

- Garantia mínima de 1 (um) ano, contado a partir do aceite definitivo dos tokens.
- Caso o token necessite ser substituído ou apresente erro que comprometa o funcionamento do certificado ali armazenado, um novo token deverá ser fornecido junto com a emissão do certificado no mesmo, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da notificação feita pelo órgão do Judiciário.

Item 4 - Certificado Digital para Pessoa Jurídica A3 e-CNPJ com token

- Certificado digital do tipo A3 para pessoa jurídica, padrão ICP-Brasil, com prazo de validade de 3 (três) anos;
- Deve permitir a utilização para assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede, entre outras destinações;
- Certificado aderente padrão do Comitê Gestor da ICP Brasil;
- Ser instalado em Tokens Criptográficos constantes da lista de equipamentos certificados pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI;
- O presente item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro.
- O token deve conter as mesmas especificações descritas no item 2.

Item 5 - SSL OV (WILDCARD)- 12 MESES

- Funciona em domínio com ou sem o www;
- Raiz internacional e reconhecimento mundial (Altamente Confiável);
- Chave de 2048 ou 4096 bits e criptografia forte de 256 ou 512 bits;
- Compatibilidade com todos os navegadores que suportem Certificados Digitais;
- Compatibilidade com todos os servidores e equipamentos que suportem SSL/TLS;
- Compatibilidade com dispositivos móveis, celulares e smartphones;
- Selo de segurança dinâmico (SITE SEAL);
- Remissão gratuita e ilimitada do Certificado Digital durante a sua validade;
- Licença de uso em ilimitados servidores sem custo adicional;
- Validade: 12 meses.
- Emissão do certificado em até 72 (setenta e duas) horas;
- Disponibilização de suporte remoto via chat, e-mail ou website para prestação de esclarecimentos e dúvidas técnicas e cadastrais;
- O presente item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro.

Item 6 – SSL DV



Estudo Técnico Preliminar da Contratação

Gestão de TI	Código	Folha nº
	F.DIAT.XX.00	4/6

- Ativa o cadeado ""SSL seguro"" em todos os navegadores populares e dispositivos móveis;
- Disponibiliza o selo de Site Seguro;
- Utiliza as chaves SHA-256 e 2048 bits RSA;
- Totalmente compatível com WebTrust;
- Uso ilimitado em servidores;
- Protege tanto sites www quanto não-www;
- Suporte à todos os navegadores, inclusive mobile;
- Ativa o cadeado e o https do navegador;
- Validade: 12 meses
- Emissão do certificado em até 24 horas;
- Disponibilização de suporte remoto via chat, e-mail ou website para prestação de esclarecimentos e dúvidas técnicas e cadastrais;
- O presente item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro.

Item 7 – Visitas aos Órgãos do Judiciário para Emissão de Certificados Digitais

- O serviço compreende a realização de visita técnica com o objetivo de realizar a validação e emissão dos certificados digitais Tipo A1 para pessoa física e equipamento de rede, Tipo A3 para pessoa física e pessoa jurídica e de assinatura de código;
- As visitas para emissão dos certificados digitais deverão ser realizadas na sede do Tribunal de Justiça de Alagoas. Também deverão ser utilizados postos de atendimento em outras localidades, em caso de a contratada possuir infraestrutura disponível;
- A visita para emissão de certificados para equipamentos ou para magistrados, em caso de necessidade, poderão ser realizados individualmente;
- O órgão do Judiciário proverá espaço físico para realização das visitas e também o acesso à Internet;
- A eventual necessidade de utilização de equipamentos e acessórios de informática, necessários à realização de todas as atividades de validação e emissão dos certificados, deverá ser sanada pela contratada;
- As validações serão realizadas dentro do horário de funcionamento do órgão do Judiciário;
- Na impossibilidade de comparecimento do Magistrado ou Servidor, no período programado para emissão dos certificados, o serviço de visita local será considerado como prestado.
- As visitas previstas no item 7 serão agendadas previamente em até 1 dia útil para Maceió e até 2 (dois) dias úteis para cidades do interior.

Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC



Estudo Técnico Preliminar da Contratação

Gestão de TI

Código

Folha
nº

F.DIAT.XX.00

5/6

ESTIMATIVAS DA DEMANDA - QUANTIDADES DE BENS E SERVIÇOS

- Qual a estimativa de quantidades?
- Descreva o método de levantamento da estimativa das quantidades a serem contratadas, incluindo memória de cálculo e documentos que lhe dão suporte (contratos anteriores, experiências de outros órgãos...), de modo a possibilitar a economia de escala.

São estimados 150 certificados digitais do tipo A1 para pessoa física, 600 certificados digitais do tipo A3 para pessoa física sem token, 400 certificados digitais do tipo A3 pessoa física com token, 6 certificados digitais para pessoa Jurídica com token, 1 certificado digital SSL OV, 1 certificado digital SSL DV e 30 visitas para validação de certificados digitais. A demanda ora trabalhada será adquirida via Ata de registro de preços. Os certificados digitais serão destinados a substituição dos certificados digitais que vencidos e/ou com defeito, bem como para novos servidores e magistrados.

ANÁLISE DE SOLUÇÕES

- Existem alternativas no mercado?
- Existe software público brasileiro?
- A melhor alternativa é a aquisição de bens ou contratação como serviço?

A solução não se trata de um serviço ou licença de software, mas de uma aquisição de bens consumo.

IDENTIFICAÇÃO DAS SOLUÇÕES

Descrição da solução (ou cenário)

1 Aquisição de certificados digitais

ANÁLISE COMPARATIVA DE SOLUÇÕES

Requisito	Solução	Sim	Não	Não se Aplica
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	Solução 1	X		
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro? (quando se tratar de software)	Solução 1			X
A Solução é composta por software livre ou software público? (quando se tratar de software)	Solução 1			X
A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões de governo ePing, eMag, ePWG?	Solução 1			X
A Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil? (quando houver necessidade de certificação digital)	Solução 1			X
A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do e-ARQ Brasil? (quando o objetivo da solução abrange documentos arquivísticos)	Solução 1			X

PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO

 <p>PODER JUDICIÁRIO DE ALAGOAS</p>	Estudo Técnico Preliminar da Contratação	
Gestão de TI	Código	Folha nº
	F.DIAT.XX.00	6/6

Id	Descrição da Solução (ou cenário)	Valor Estimado
1	Certificado digital A1 para pessoa física	R\$ 5.550,00
2	Certificado digital A3 para pessoa física sem token	R\$ 29.172,00
3	Certificado digital A3 para pessoa física com token	R\$ 36.800,00
4	Certificado digital A3 para pessoa jurídica (e-CNPJ) com token.	R\$ 564,00
5	SSL OV (WILDCARD)	R\$ 1.010,00
6	SSL DV	R\$ 97,00
7	Visita técnica para validação e emissão de certificados digitais	R\$ 750,00

REGISTRO DE SOLUÇÕES CONSIDERADAS INVÍAVEIS
Não se aplica

ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTOS (TCO)
CÁLCULO DOS CUSTOS TOTAIS DE PROPRIEDADE
Solução Viável 1
Descrição
Aquisição de Certificado Digitais
Custo Total de Propriedade – Memória de Cálculo
Lote I
Valor unitário estimado do Certificado Digital tipo A1: R\$ 37,00
Valor total estimado do item: R\$ 37,00 x 150und = R\$ 5.550,00
Valor unitário estimado do Certificado Digital tipo A3 sem token: R\$ 48,62
Valor total estimado do item: R\$ 48,62 x 600und = R\$ 29.172,00
Valor unitário estimado do Certificado Digital tipo A3 com token: R\$ 92,00
Valor total estimado do item: R\$ 92,00x 400und = R\$ 36.800,00
Valor unitário estimado do Certificado digital A3 para pessoa jurídica (e-CNPJ) com token: R\$ 94,00
Valor total estimado do item: R\$ 94,00 x 6und = R\$ 564,00
Valor unitário estimado do Certificado digital SSL OV(Wildcard): R\$ 1.010,00
Valor total estimado do item: R\$1010,00 x 1und = R\$ 1010,00
Valor unitário estimado do Certificado digital SSL DV: R\$ 97,00
Valor total estimado do item: R\$ 97,00x 1und = R\$ 97,00
Valor unitário estimado da Visita técnica para validação e emissão de certificados digitais : R\$ 25,00
Valor total estimado do item: R\$ 25,00x 30 und = R\$ 750,00
Valor total estimado do lote: R\$ 73.943,00.



Estudo Técnico Preliminar da Contratação

Gestão de TI

Código

Folha
nº

F.DIAT.XX.00

7/6

Obs: Valores baseados na ARP 37/2023.

ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$

Descrição da solução de TIC a ser contratada

Atualmente, o uso de certificado digital se torna necessário para usuários do Sistema de Automação Judicial – SAJ que executam a prática de ato processual, conforme dispõe o artigo 195 do novo CPC, e também para demandas de Magistrados e Servidores que atuam em sistemas que façam uso obrigatório de certificação digital como método de autenticação, como por exemplo o Renajud, Serasajud, Sinesp. Adicionalmente, os certificados digitais também são utilizados em equipamentos servidores, os quais garantem a autenticidade dos sítios publicados pelo TJAL.

O objetivo dessa contratação visa manter a disponibilidade para emissão de certificados digitais aos servidores do Judiciário considerando a substituição após o prazo de validade, bem como para casos de defeito, perda e novas emissões para servidores que venham a tomar posse.

A aquisição será feita através de ARP em 1 lote, visto que os bens e serviços agrupados estão intrinsecamente relacionados. Por praxe, o mercado atende a este requisito entregando tais bens e serviços como uma solução indissociável de modo a ser fornecido por uma só empresa. Desta forma, assegura-se a eficiência no emprego dos recursos financeiros para a aquisição da solução pretendida.

DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Esta equipe de planejamento declara ser viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante a Resolução CNJ nº 468 de 15 de julho de 2022.

APROVAÇÃO E ASSINATURAS

A Equipe de Planejamento da Contratação pelo despacho ID 2041526 no Processo Administrativo 2024/966, de 8 de abril de 2024.

Conforme o Guia de Contratações de TI da Resolução CNJ nº 468/2022, o Estudo Técnico Preliminar deverá ser aprovado e assinado pelos Integrantes Técnicos e Demandantes e pela autoridade máxima da área de TIC:

INTEGRANTE TÉCNICO

INTEGRANTE DEMANDANTE

INTEGRANTE ADMINISTRATIVO

Amanda Batista Modesto de Melo
Matrícula: 93078

Maceió, 8 de abril de 2024

Magno Vitório de Farias Fragoso
Matrícula: 54172

Maceió, 8 de abril de 2024

Gilson Andrade do Nascimento
Matrícula:

Maceió, 8 de abril de 2024

AUTORIDADE MÁXIMA DA ÁREA DE TIC (OU AUTORIDADE SUPERIOR, SE APPLICÁVEL)



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

Estudo Técnico Preliminar da Contratação

Gestão de TI

Código

Folha
nº

F.DIAT.XX.00

8/6

Lorena Carla Santos Vasconcelos Sotto Mayor

Maceió, de abril de 2024